



DESAFIOS E AVANÇOS DA INTERSETORIALIDADE PARA A EDUCAÇÃO INFANTIL: PARÂMETROS E DIRETRIZES PARA UM DESENVOLVIMENTO INFANTIL PLENO

Anna Flávia Silveira da Silva¹

INTRODUÇÃO

A intersectorialidade constitui um princípio constitucional e uma diretriz estruturante das políticas públicas brasileiras voltadas à infância, fundamentada na compreensão de que o desenvolvimento pleno da criança demanda ações integradas e corresponsáveis entre diferentes setores do Estado e da sociedade.

No campo da Educação Infantil, sua efetivação é condição indispensável para assegurar o direito ao desenvolvimento integral, especialmente entre crianças que vivem em contextos de vulnerabilidade social, onde a sobreposição de desigualdades amplia o risco de violações de direitos.

A complexidade das infâncias brasileiras, marcada por desigualdades regionais, étnico-raciais e socioeconômicas, impõe à gestão pública o desafio de formular respostas articuladas que transcendam a fragmentação institucional. Tal desafio exige a construção de estratégias colaborativas que mobilizem sinergias entre as políticas de educação, saúde, assistência social, cultura e direitos humanos, reconhecendo o território como espaço privilegiado de integração das ações.

Contudo, apesar de seu reconhecimento normativo e discursivo, a intersectorialidade ainda enfrenta limites em sua concretização. Barreiras institucionais, culturais e operacionais dificultam a articulação entre setores, resultando em práticas isoladas e em políticas que nem sempre dialogam com as reais necessidades das crianças e de suas famílias. Diante desse cenário, compreender os desafios e avanços da intersectorialidade na Educação Infantil

¹Graduanda em Letras - Língua Portuguesa, Bacharela em Relações Internacionais e Pesquisadora do Laboratório de Estudos e Pesquisas em Educação e Economia Social, FEA-USP-RP. E-mail: annaffsds@gmail.com

torna-se fundamental para o fortalecimento de diretrizes e parâmetros capazes de sustentar políticas públicas mais equitativas, eficazes e centradas na criança.

METODOLOGIA (OU MATERIAIS E MÉTODOS)

Este artigo adota uma abordagem qualitativa, de natureza analítico-documental, orientada pela análise crítica de marcos normativos, diretrizes e produções técnicas que estruturam as políticas públicas brasileiras voltadas à Educação Infantil. A pesquisa fundamenta-se no pressuposto de que a intersetorialidade, enquanto princípio de gestão e diretriz constitucional, requer compreensão a partir de seus fundamentos legais, institucionais e práticos.

O percurso metodológico foi desenvolvido em três etapas complementares:

1. **Sistematização e seleção documental**, contemplando marcos legais e diretrizes intersetoriais com ênfase nos princípios constitucionais e nas normativas recentes - tais como o Plano Nacional de Educação (PNE/2024), os *Princípios de Qualidade e Equidade da Educação Infantil*, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e a Base Nacional Comum Curricular (BNCC).
2. **Análise categorial temática**, voltada à identificação de parâmetros normativos, estratégias de articulação institucional e experiências intersetoriais implementadas nos âmbitos estadual e municipal. Essa etapa permitiu compreender padrões recorrentes, tensões e potencialidades nas políticas integradas para a infância.
3. **Revisão bibliográfica complementar**, composta por estudos acadêmicos e documentos técnicos produzidos na última década, priorizando autores e publicações que abordam gestão integrada, políticas para a primeira infância e modelos de cooperação intersetorial.

A triangulação entre as fontes normativas, analíticas e bibliográficas buscou assegurar a consistência interpretativa e a profundidade da análise, possibilitando a elaboração de parâmetros e diretrizes orientados ao fortalecimento da intersetorialidade na Educação Infantil.



RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados da análise evidenciam avanços expressivos no reconhecimento legal da intersetorialidade como princípio estruturante das políticas públicas voltadas à infância. Esse reconhecimento se materializa na formulação de programas integrados, como o Programa Criança Feliz, e na incorporação de diretrizes voltadas à formação de profissionais para a atuação intersetorial, demonstrando uma evolução significativa no plano normativo e discursivo das políticas educacionais e sociais.

Entretanto, a efetivação desse princípio no cotidiano das redes municipais ainda enfrenta obstáculos estruturais e operacionais. Destacam-se a fragilidade das articulações entre secretarias, a desigualdade territorial no acesso a serviços essenciais e a baixa institucionalização de práticas intersetoriais. Tais limitações refletem a persistência de barreiras administrativas, culturais e políticas que dificultam a consolidação de arranjos cooperativos sustentáveis e, conseqüentemente, limitam o impacto das políticas integradas na vida das crianças e de suas famílias.

A análise aponta, portanto, para uma distância significativa entre os marcos normativos e a realidade da gestão pública, revelando que a intersetorialidade, embora amplamente reconhecida, permanece em grande parte restrita ao plano das intenções. A ausência de protocolos operacionais, fluxos de comunicação entre setores e instâncias de governança compartilhada compromete a coerência e a continuidade das ações interinstitucionais. Soma-se a isso uma formação profissional ainda fragmentada, pouco orientada à construção de competências relacionais e colaborativas, indispensáveis para a gestão integrada da Educação Infantil.

Os achados reforçam a compreensão de que a intersetorialidade não deve ser entendida como um ponto de chegada, mas como um processo político, técnico e pedagógico em permanente construção. Sua consolidação depende do fortalecimento de mecanismos locais de coordenação, do investimento em processos de pactuação interinstitucional e do desenvolvimento de capacidades coletivas orientadas à cooperação.

Em síntese, o estudo evidencia que a intersetorialidade só se efetiva quando há governança ativa, clareza de papéis e construção compartilhada de objetivos, capazes de transformar o princípio legal em prática cotidiana. Assim, a superação dos desafios identificados requer o



reposicionamento da gestão pública em torno de uma visão sistêmica e relacional da infância, na qual o direito à Educação Infantil de qualidade seja concebido como responsabilidade comum e indissociável das demais políticas sociais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise realizada permite concluir que a consolidação da intersetorialidade na Educação Infantil constitui tanto um desafio de gestão quanto um imperativo ético na garantia dos direitos das crianças. Embora os avanços normativos e conceituais tenham fortalecido o reconhecimento da intersetorialidade como princípio estruturante das políticas públicas, sua efetivação ainda depende da superação de entraves institucionais e culturais que limitam a cooperação entre setores.

O estudo evidenciou que a construção de uma política intersetorial efetiva requer o fortalecimento das redes locais, sustentado por processos contínuos de formação interprofissional, gestão compartilhada e monitoramento integrado das ações. A criação de protocolos articulados de atendimento, a alocação equitativa de recursos conforme as vulnerabilidades territoriais e o uso de indicadores comuns emergem como instrumentos centrais para transformar diretrizes em práticas consistentes e sustentáveis.

Do ponto de vista teórico e metodológico, os resultados reforçam a necessidade de ampliar os estudos sobre governança intersetorial, capacidades estatais locais e modelos de cooperação federativa voltados à primeira infância. Novas pesquisas empíricas (especialmente estudos de caso em municípios) podem contribuir para compreender como os arranjos institucionais se traduzem em práticas concretas de integração e cuidado.

Por fim, reafirma-se que a intersetorialidade não se consolida apenas pela vontade normativa, mas pela vontade política, compromisso técnico e escuta ativa dos territórios. É nesse entrelaçamento entre técnica e sensibilidade pública que reside o potencial transformador das políticas para a infância: garantir que cada criança seja plenamente assistida, protegida e educada em contextos que reconheçam sua dignidade e seu direito de se desenvolver integralmente.



Palavras-chave: Intersetorialidade; Educação Infantil; Qualidade; Parâmetros e Diretrizes Nacionais.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Passo a passo PSE: Programa Saúde na Escola: tecendo caminhos da intersectorialidade**. Brasília, DF: Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica, 2011.

CASEMIRO, Juliana Pereira; DA FONSECA, Alexandre Brasil Carvalho; SECCO, Fabio Vellozo Martins. **Promover saúde na escola: reflexões a partir de uma revisão sobre saúde escolar na América Latina**. *Ciência & Saúde Coletiva*, vol. 19, no 3, p. 829–840, 2014.

Oliveira, G. N. de, Querubim, V. S. R., & Batista, A. C. S. (2024). **Interseccionalidade saúde-educação: caminhos para a promoção da saúde na educação infantil**. *Perspectivas Em Diálogo: Revista De Educação E Sociedade*, 11(28), 235-254.
<https://doi.org/10.55028/pdres.v11i28.21044>

UNICEF. Seen, Counted, Included: Using data to shed light on the well-being of children with disabilities. New York: United Nations Children's Fund, nov. 2021.

BRASIL. **Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990**. Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Brasília: Presidência da República, 1990.

BRASIL. **Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014**. Plano Nacional de Educação 2014–2024 (PNE). Brasília: Presidência da República, 2014.

BRASIL. **Ministério da Cidadania / Programa Criança Feliz**. Manual/Plano operacional do Programa. Brasília: Governo Federal, 2016.

BRASIL. **Ministério da Saúde / Secretaria de Atenção à Saúde / Departamento de Atenção Básica**. *Passo a passo PSE: Programa Saúde na Escola: tecendo caminhos da intersectorialidade*. Brasília, DF: Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Atenção Básica, 2011.

UNICEF; WHO; WORLD BANK. **Nurturing Care for Early Childhood Development: a framework for helping children survive and thrive to transform health and human potential**. Geneva; New York; Washington, DC: WHO/UNICEF/World Bank Group, 2018.

ENGLE, P. L.; CASTAÑEDA-GRAU, P.; BLACK, M. M.; et al. **Strategies to avoid the loss of developmental potential in more than 200 million children in the developing world**. *The Lancet*, vol. 378, no. 9799, p. 1325–1338, 2011.

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular (BNCC)**. Documento orientador para a Educação Infantil e demais etapas. Brasília: Ministério da Educação, 2017 (versão para



Educação Infantil).

UNICEF. **Seen, Counted, Included: Using data to shed light on the well-being of children with disabilities.** New York: United Nations Children's Fund, November 2021.

WORLD BANK. **Early Childhood Development: Investing in health, nutrition, and early learning for children from birth to age 8.** Washington, DC: World Bank,

BRASIL. **Programa Criança Feliz — materiais técnicos / orientação operacional municipal (**

